

Fronteiras do erótico: ensaios por uma bruxaria descolonial sapatânica.

Autor (1) Raíssa Éris Grimm Cabral; Co-autor (1) Jéssica Emanuelli

Resumo

Localizando experiências de lesbianidades, desenvolvemos o presente trabalho como um ensaio, para confeccionar ferramentas de experimentação, escrita e ativismo que nos permitam politizar nossas resistências, potencializando formas de ação que se construa além das fronteiras da racionalização. Evocamos a bruxaria como um modo de consciência que trabalha corpos humanos e não-humanos enquanto parte de um mesmo fluxo-vivente, entre feitiços, palavras e modos de elaboração discursiva que não operam “fora”, feito “narrativas” sobre a matérias - mas enquanto palavras de poder que reverberam a potência de transformar corpos, transformar matérias. Deslocar nossas corpos e existências sapatânicas do silêncio, da invisibilidade, para tecer trajetórias de afeto, prazer e potência de vida.

Palavras-chave: erótico, bruxaria, descolonial, feminismo, sapatão.

Sagrada masculinidade. Sagrada heterossexualidade. Sagrada divisão binária, que divide todas as substâncias viventes entre “masculino X feminino”. Sagrada cisgeneridade, atribuindo a partes do corpo com as quais nascemos o poder de determinar a verdade sobre nossos sexos, nossos destinos. Sagrada ciência, que toma corpos feito objetos – a serem recortados, dissecados, analisados. Corpos aos pedaços, separados de si mesmos – corpos-pedaços, separados do mundo e da vida que lhes envolve.

Nunca mudei porque alguém me convenceu da sua boa ou verdadeira ideia. Nunca mudei convencei por uma boa ou justa ação. Sempre mudei à base de feitiços, sejam estes relações, teorias, práticas, narrações... e justamente, de fato, um feitiço desfaz estas fronteiras. Mudanças que se apresentaram a mim primeiramente como bruxaria. Cada orgia, uma cerimônia sabática. Cada saber e prática novos, um feitiço. Cada membra da manada, uma bruxa. (Quimera, p01. 2012)

“Mulher”. “Lésbica”. “Travesti”. “Sapatão”. “Macumbeira”.

Palavras de insulto, marcando a posição de normatividades que exercem contra nossos corpos. Palavras reapropriadas – como posicionamento de resistência e luta. Mais do que identidades, pretensões de um “indivisível” no qual nos reconhecemos – são palavras que atravessam nossas corpos, nossa vitalidade, conjurando encontros, afetos, experiências. Vivências

frente a relações de saber e poder. Erosão de certezas que demarcam a normatividade dos corpos, renomeando formas de existir, construir e habitar o mundo.

Persistimos: sapatonas – insulto reapropriado que marca nossos corpos, redes de afeto que constróem nossas afetações e experiências. Lésbicas, assim como bruxas, somos hereges da ordem heteropatriarcal. Habitamos o espaço acadêmico enquanto mulheridades malditas - aquelas que, embora por ali circulemos, somos constantemente lembradas de que “não deveríamos estar lá”. Sob o constante peso dos olhares, escutas e tratamentos diferenciados que velam diferentes formas de exclusão. Na sombra dos corredores, entre a cumplicidade de nossas amigas e amantes, compartilhamos, traçamos mapas de experiências silenciadas, conspiramos e armamos estratégias de resistência. Corpos contaminadas, de afeto e vivência que se furtam à neutralidade. O lugar da “objetividade”, do olhar que se pretende universal, não nos é uma opção - a menos que nos apaguemos, a menos que nos silenciemos, sob as tintas brancas das paredes, sob a voz estéril da razão.

A categoria do sexo é uma categoria política que funda a sociedade enquanto heterossexual. Neste sentido, não se trata de uma questão de ser, senão de relações (já que as “mulheres” e os “homens” são o resultado de relações) ainda que os dois aspectos se confundem sempre que são discutidos. A categoria do sexo é a categoria que estabelece como “natural” a relação que está na base da sociedade (heterossexual) (...). A categoria do sexo é o produto da sociedade heterossexual que impõe às mulheres a obrigação absoluta de reproduzir “a espécie”, quer dizer, reproduzir a sociedade heterossexual. (Wittig 1992, p 26)

Nestes termos, todas aquelas que fogem ou que são excluídas da posição de trabalho reprodutivo, passam a ocupar uma posição de “não-mulheres” - o que não lhes garante por si só uma posição de poder masculino, mas posiciona sob a marcação de feminilidades subalternas, malditas e desviantes.

A estigmatização dos nossos corpos não é apenas algo que nos atinge no presente, mas um processo que atinge os saberes que articulam suas experiências ao privar-lhes de memória, de história sobre outros referentes dentre os quais é possível sobreviver. Dialogamos com Frederici (ano X) ao entender que a perseguição às bruxas (dentro da europa, e na cristianização de suas colônias) foi um processo através do qual se consolidou a construção da noção moderna do que é ser mulher, entendemos encontrar nestes saberes um rastro daquilo que outras não-mulheres construíram, na sua resistência contra a colonização, contra a catequização, e contra os processos de apropriação que consolidam os pilares do saber eurocêntrico, masculino, branco, cisgênero e

heterossexual. Nessa perspectiva as bruxas, assim como as lésbicas, escapam à uma apropriação privada por parte dos homens, baseando-se na concepção de que “homens” e “mulheres” são categorias políticas que estabelecem uma relação de complementariedade e dependência mútua de existência. Na esteira desse pensamento, Wittig aponta:

[...] 'lésbica' é o único conceito que conheço que está mais além das categorias de sexo (mulheres e homens), porque o sujeito designado (lésbica) não é uma mulher, nem no sentido econômico, nem no político, nem no ideológico. Porque de fato, o que constitui uma mulher, é uma relação social específica a um homem, relação que outrora estivemos chamando por 'servaje' [5], relação que implica obrigações pessoais e físicas, tanto como obrigações econômicas (assignação à residência, tediosas tarefas domésticas, dever conjugal, produção ilimitada de filhos e filhas, etc.), relação da qual escapam as lésbicas, ao negarem-se a tornar-se ou serem heterossexuais. Somos fugitivas da nossa própria classe, da mesma maneira que as e os escravos norte-americanos o eram quando escapavam da escravidão e se tornavam mulheres e homens livres. Quer dizer que para nós é uma necessidade absoluta: nossa sobrevivência exige contribuir com todas nossas forças para a destruição da classe das mulheres que é apropriada pelos homens. E isso somente pode ocorrer por meio da destruição da heterossexualidade como sistema social, baseado na opressão e apropriação das mulheres pelos homens, que produz um corpo de doutrinas sobre a diferença entre os sexos para justificar esta opressão. (WITTIG, 1996, p.83)

Uma vez construída pela repressão de todos os saberes articulados pela via do encantamento, dos feitiços, da integração entre corpo-natureza, reconhecemos nessa sociedade – pautados por princípios racionais, transcendentais e supostamente científicos – o mesmo sistema que nos oprime como travestis, como sapatonas, como *mulheridades malditas*. Reconhecemos, assim, a reconexão com certos princípios da bruxaria como um caminho que se mostra frutífero na nossa própria resistência enquanto lésbicas.

Max Weber(2007), sociólogo branco, europeu e heterossexual, tenta compreender alguns caminhos históricos percorridos pela sociedade ocidental. No desenrolar de suas ideias, o sociólogo defende que o ocidente passou por um processo que ele nomeia de “desencantamento do mundo”, no qual o sujeito moderno se despiu de costumes e crenças ancestrais ou herdadas culturalmente nos processos de transmissão das sociedades tradicionais, e passa a ser guiado pela racionalidade. Esse processo de racionalização da sociedade ocidental articulou-se a um processo de colonização que produziu reordenações nos modos de organização, pensamento, sociabilidade, afetações e inspirações tradicionais – hierarquizando e destruindo epistemes que fogem a tal sistema.

A *objetividade* passa a ser tanto um valor como uma ferramenta que ativa e gerencia processos de subjetivação. O empirismo opera como lentes de apreensão da realidade, e a comprovação dos fatos para a eleição de verdades torna-se o modo narrativo de explicação do

mundo. Articulando-se ao surgimento dos Estados-nação, entra em jogo construir novas lógicas de entendimento da realidade, de maneira que aquilo que conta como “verdade” não se voltasse mais a um mundo de divindades extra-humanas, mas um mundo organizado por leis terrenas, imanentes à materialidade física dos corpos. Da mesma forma que os ideários democráticos se pautavam no argumento de que “todos são iguais perante a lei”, o que conta como “verdade” não deve mais sustentar-se cegamente na autoridade, numa posição que representa a manifestação do divino na terra (os padres, os reis, entre outros), mas naquilo que é passível de ser observado por qualquer um capaz de reproduzir determinadas condições experimentais. Um elo se estabelecia entre o estatuto epistemológico atribuído ao cientista e o estatuto jurídico atribuído ao cidadão, de maneira tal que as leis construídas para o governo de uma sociedade possuam, por sua vez, o mesmo estatuto das leis “naturais” que governam a realidade.

Sob uma perspectiva anti-colonial, entendemos que esse modelo de racionalidade foi instrumentalizado como uma ferramenta de dominação sobre os corpos e a terra, tomando por eixo central a fragmentação entre natureza X cultura, corpo X mente, sujeito X objeto, selvagem X civilizado, demarcando corpos humanos (brancos, europeus, cisgêneros, masculinos e heterossexuais). As estruturas, as relações e nossas subjetividades são marcadas por esse processo de racionalização eurocêntrica, de modo que pensar em estratégias de criar outros tipos de existência passa necessariamente por questionar esse modelo de racionalização. Então como pensar práticas políticas descoloniais sem pensar outros tipos de afetações e de saberes que abalem a lógica racional? Como nos colocarmos como sujeitxs políticxs sem invocarmos um saber do corpo, dos sentidos, mas também de outros tipos de racionalidades, de conexões cósmicas, astrais, espirituais?

Propomos aqui pensar outras ferramentas de experimentação, escrita e ativismo que nos permitam politizar a nossa experiência e excitar outras formas de ação que se construa além das fronteiras da racionalização. Nossas histórias – enquanto lésbicas, e bruxas – não são auto-evidentes. Mais do que como uma categoria nativa, pensamos aqui a ancestralidade como uma ferramenta epistemológica. Para além de remontar a história através da memória, o que existe é um processo de escolha das afetações através das ferramentas (conceituais e tecnológicas) de que dispomos no presente. Não se trata de um processo de “retorno”, mas de uma reelaboração ficcional, localizando formas de viver e resistir no tempo presente. Seguimos construindo nossas referências a partir de saberes que passam pelo corpo.

Na cosmovisão do povo Yorubá, o orisà Oxumaré é uma entidade cósmica que atua nos seres e nas relações com o fim de diluir e harmonizar desequilíbrios no campo dos afetos¹ e fazer circular energias de renovação. Serpente arco-íris, Oxumaré se expressa nas corpas por meio de uma onda dupla: uma onda que dilui os obstruidores de energia e a outra que renova os canais. Essa onda dupla é figurada em forma de uma serpente que circula, que sobe e desce, passando pelos pontos de irradiação energética do corpo.

É curioso perceber como no pensamento ocidental a serpente foi associada à sexualidade, sobretudo à uma sexualidade tida como suja, pecaminosa e desobediente. Façamos as especulações possíveis em cima dessas construções narrativas: oxumaré é uma energia comumente associada à sexualidade. Porém à uma sexualidade reduzida, dissociada e fragmentada. No cerne da filosofia yorubá, oxumaré é uma energia cósmica que percorre os mesmos caminhos mapeados enquanto “chakras” pela medicina indiana, fazendo a conexão da energia terra/céu. Implica, uma dupla circulação energética que movimenta no corpo e se localiza num ponto de irradiação que é o chakra cardíaco – ao que se atribui o processamento de nossas emoções.

Dispensamos qualquer aval que sustente uma suposta realidade “sem considerar que a imagem e o que muitos pintam como inexacto, descartável ou enganoso é mesmo o miolo ou a tradução de um jeito de sentir o tempo e as relações humanas. Não [ornamos] com um materialismo cartesiano que desqualifica o que seus limites eurocêntricos não compreendem e que limita o imaginário como se este fosse um vizinho de parede-meia e não uma habitante principal do nosso templo que é o próprio corpo e que na carne, no gesto, na coluna, na memória e no sonho contempla e orienta nossas maneiras de organizar e sentir a vida. É um [texto] aos capazes e desejosos de compreender o namoro e as tretas entre a racionalidade e o encanto (Rosa 2016, p 9)

Nessa perspectiva de corpo e mundo, a esfera emocional se apresenta não como “desvio”, ou como “poluição do pensamento”, mas como uma zona híbrida de integração entre espaços descontínuos: do pensamento com a carne, do humano com o não-humano, do singular com o coletivo, do local com a totalidade. Expulsas do paraíso, tampouco presumimos qualquer espécie de retorno inocente a um “todo” holístico – mas desenvolvemos um apetite pelas fronteiras (Anzaldúa 1987), pelo que se produz no encontro entre contradições. Consciência-serpente, consciência mestiça.

1Os afetos, nessa perspectiva, são entendidos de forma mais ampla, rompendo com a visão romântica ocidental da economia dos afetos heterocentradas e, portanto, capitalizadas na esfera romântica do amor instrumentalizado para a supremacia cis masculina.

Embora tal energia perpassasse o sexual, ela não se reduz ao sexo, mas se expande como potência entre as atividades criativas e de expansão da consciência. Faz eco entre aquilo que a sapatã Audre Lorde (2007) denomina *erótico* – fonte de conhecimento e poder

O erótico é um recurso que mora no interior de nós mesmas, assentado em um plano profundamente feminino e espiritual, e firmemente enraizado no poder de nossos sentimentos não pronunciados e ainda por reconhecer. Para se perpetuar, toda opressão deve corromper ou distorcer as fontes de poder inerentes à cultura das pessoas oprimidas, fontes das quais pode surgir a energia da mudança. No caso das mulheres, isso se traduziu na supressão do erótico como fonte de poder e informação em nossas vidas. (Lorde, 2007. p 53)

Na esteira desse pensamento, encontramos pistas da forja do jogo imagético-discursivo ocidental que reduz o erótico ao lugar de submissão da mulher e da serpente/oxumaré. A potência do erótico foi identificada como esse elemento integrativo, esse “senso íntimo de satisfação” aplicado à uma inteireza de vida, elemento de conexão íntima com o corpo e o espiritual. O pensamento judaico-cristão identifica o poder do erótico como um elo entre a magia, a sensualidade e esse estado de plenitude, e agencia uma narrativa carregada de elementos simbólicos como controle do erótico para fins de submissão feminina e de uso dessa potência em seu benefício.

Buscamos a partir de outras referências construir outros saberes e outras práticas de atuação política. Trazemos no texto narrativas que nos provocam esses outros tipos que afetações, pensando a bruxaria como um saber marginal e constitutivo das experiências de nossas corpos. Pensamos também, nesse trabalho, junto com Audre Lorde e sua noção de erótico como poder, que provoca um outro modo de consciência possibilita traçar pontes entre diferenças.

Evocamos a experiência da bruxaria não desde uma posição essencialista, supostamente inata aos corpos - mas como um processo ativo de relação com a materialidade que se desloca para além do primazia “causa-efeito” que toma a posição humana enquanto testemunha passiva sobre os acontecimentos ditos “naturais”.

“Fomos ensinadas que o espírito se encontra fora de nossos corpos ou sobre nossas cabeças, algum lugar lá no céu com Deus. Devemos esquecer que toda célula em nossos corpos, cada osso, cada pássaro e cada verme possui espírito em si mesmo. (Anzaldúa 1987, p 37)

Não há “dentro”, não há “fora”. A bruxaria que evocamos é um modo de consciência que trabalha corpos humanos e não-humanos enquanto parte de um mesmo fluxo-vivente. Evocamos feitiços, palavras e modos de elaboração discursiva que não operam “fora”, feito “narrativas” sobre a matérias - mas enquanto palavras de poder que reverberam a potência de transformar corpos, transformar matérias. Deslocar nossas corpos e existências sapatônicas do silêncio, da invisibilidade, para tecer trajetórias de afeto, prazer e potência de vida.

Não pretendemos recorrer ao suposto resgate de uma cosmovisão “originária” ou “primeira” pois entendemos que o discurso construído à respeito das práticas pré-coloniais nas sociedades tidas como tradicionais são por vezes romantizados e idealizados. Há uma crença compartilhada nos espaços políticos de que todas as mazelas humanas foram incrustadas entre os ditos povos originários que antes só conheciam um estado de “bem-viver”, desconhecendo, inclusive, práticas patriarcais. Lorena Cabnal (2010), feminista comunitária, descontrói esse argumento ao falar de um “patriarcado cosmogônico originário”, onde argumenta que as estruturas patriarcais já estavam presentes na ordem social e nas relações dos povos indígenas de Abya Yala e, de forma especial, em suas cosmovisões.

A autora afirma que essas cosmovisões se baseiam em princípios duais e de complementaridade que incorpora e classifica entre os humanos e não-humanos a partir da heteronorma. Nesse universo cosmogônico, procura-se um equilíbrio entre homens e mulheres com a natureza para a harmonização da vida, onde a autora fala que essa heteronorma se reflete inclusive na forma como se classificam os astros, pensados como alguns sendo femininos e outros masculinos que se relacionam entre si de forma dual, e da mesma forma com a humanidade heterossexual.

Não é o resgate à cosmovisões também perpassadas por princípios patriarcais que desejamos. Pensamos aqui em uma criatividade fora do convencional, com arte, bruxaria, amor entre as malditas, questionando a heterossexualidade compulsória, a família nuclear, a ideia do casal tradicional como única e possível forma de organização da vida, de amor, sobrevivência, desejos e prazer. Acessamos os saberes ancestrais que nos perpassam, bem como os que as nossas intuições constroem, a partir das ferramentas e tecnologias que possuímos hoje. Desejamos que o intercâmbio de saberes, amores, afetos e experiências entre as bruxas seja um grande fim em si mesmo.

A magia de que falamos já se vive – se exerce entre músicas, poesias, danças, palavras-de-ação, olhares de cumplicidade, festas, marchas, refeições compartilhadas. Processos que, por vezes, são tratados como “decorativos” dentro de diferentes contextos de ativismo – que afirmam a

importância unicamente dos processos ligados a representação *macropolítica*, entre corpos endurecidos tratados como instrumento, ao invés de protagonistas, nos processos de luta.

Reivindicamos relações de ancestralidade que não operam diretamente pela via da hereditariedade, mas por processos descontínuos que vinculam diferentes experiências de “não-lugar”, de “não-pertencimento”. Talvez não sejamos, diretamente, as netas das bruxas que não puderam queimar – mas herdamos efeitos da violência que foi dirigida contra elas. A posição que nos vincula não se trama por um lugar objetivo e estático, mas por um campo de afetos através dos quais nos movemos e criamos formas dissidentes de viver.

Nos vinculamos para além da culpa, para além da “boa consciência”, para além das lógicas de vitimização e sacrifício. Frente à heterossexualidade compulsória, não aspiramos à posição complacente da tolerância, que nos localiza como um mero gueto de “diversidade” a mais – ao passo que todos os espaços seguem tomando a heterossexualidade cisgênera enquanto centro, referência, zona privilegiada de poder. Mais do que espaços seguros para lésbicas, aspiramos a espaços que sejam perigosos para a lesbofobia, espaços em que nossa existência se afirme pela potência de intimidar aqueles guardiões da “sagrada masculinidade” que tentam nos impor sua forma de viver. E essa disputa não será decidida (sempre) nem pela força direta, nem (apenas) por processos de representação política – mas por dinâmicas de ritualização capazes de atravessar os corpos, produzindo uma alquimia em seus afetos.

Referências Bibliográficas

- Anzaldúa, G. *Borderlands – La Frontera*. São Francisco: Aunt lute, 1987.
- Cabnal, L. *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. ACSUR, 2010.
- Frederici, S. *Caliban e a bruxa*. São Paulo: Elefante, 2017.
- Lorde, A. *Sister outsider*. California: Crossing Press, 2007.
- Quimera, Y. Las brujas no son mujeres. Em: Itziar Ziga, *Sexual Herria*. Bizkaia:Txalaparta, 2011.
- Weber, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Cia. Das letras. 2004.
- Wittig, M. *El pensamiento heterocentrado y outros ensayos*. Barcelona: Egales, 2010 (2ª ed).